

O INCENTIVO À PRODUÇÃO: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL*

Adriana de França Drummond**

DRUMMOND, A.F. O incentivo à produção: desafios da formação do terapeuta ocupacional.
Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.11, n.1, p.1-6, jan./abr., 2000.

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo analisar como a configuração do campo profissional do terapeuta ocupacional, as organizações curriculares e a construção do saber docente interferem no fomento à produção de conhecimento na área.

DESCRITORES: Terapia ocupacional, educação. Terapia ocupacional, recursos humanos. Currículo.

O tema da mesa redonda: "A formação do terapeuta ocupacional: assimilação e produção do conhecimento" é de grande importância para um Congresso que tem como eixo de discussão as trajetórias e perspectivas de uma profissão, na medida em que a formação profissional, vista numa perspectiva histórica, representa, de certa forma, o percurso das profissões e tem como uma de suas funções primordiais discutir perspectivas e elaborar estratégias para superar dificuldades de um campo profissional.

A formação inicial do terapeuta ocupacional foi

eleita para ser aqui discutida por responsabilizar-se pela instigação inicial à produção em Terapia Ocupacional e por representar a forma com que as escolas vêm construindo parâmetros de formação, delineando perfis profissionais, demonstrando, de certa forma, as trajetórias da profissão.

Inicialmente, é importante apontarmos a distância existente entre os conhecimentos propostos na formação de um profissional e à assimilação desses conhecimentos por parte do aluno, na medida que o processo de assimilação envolve questões referentes as práticas pedagógicas, as metodologias de ensino, as trajetórias

* Trabalho apresentado na mesa redonda no VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, realizado em Águas de Lindóia, SP, de 28 set. a 01 out., 1999.

** Professora Assistente do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação, UFMG.

Endereço para correspondência: Profa. Adriana de França Drummond. Departamento de Terapia Ocupacional – Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II, 2º andar. Campus /UFMG /Pampulha. 31270-010. Minas Gerais, MG. e-mail: dto@eef.ufmg.br

escolares, bem como aspectos de cunho pessoal. Em função disso, não enfocarei nesse trabalho as questões pertinentes ao processo de assimilação do conhecimento, mas as questões que se referem à formação oferecida a ser supostamente assimilada.

A formação profissional está diretamente relacionada a determinadas formas de se conceber as profissões e seus campos de trabalho, formas essas, produzidas e incorporadas pelos docentes, profissionais, associações e outras instâncias organizativas desses profissionais. Esses agentes delineiam um perfil do profissional a ser formado, o qual está intimamente ligado a suas adesões a pressupostos teóricos e práticos presentes em um campo profissional, em um determinado momento histórico. O perfil profissional refere-se a um conjunto de traços caracterizadores e, por isso, diferenciadores da profissão e de seus agentes, na medida em que, ao definir-se, define-se, de certa forma, o limite do outro. Esse perfil está portanto relacionado à singularidades de um grupo. Esboçar um perfil está necessariamente vinculado à delimitação de fronteiras, convergências de áreas, hierarquias constituídas na produção dos saberes e à legitimação de práticas. Dessa forma, o perfil profissional está relacionado à história de como se institui um conhecimento e o poder dos agentes no processo de demarcação de seu território.

A formação profissional também remete os agentes nela envolvidos, implícita ou explicitamente, a um posicionamento quanto ao papel de um curso superior e à definição do que seja a produção dos futuros profissionais. A opção por definir a formação, tanto pelas demandas do mercado de trabalho, como pela intenção de formar profissionais críticos e investigadores da realidade que vão prestar seus serviços direciona a organização de um currículo.

Entende-se que as escolas necessitam discutir a adequação da formação ao mercado de trabalho, porém, cabe refletir em que perspectiva cada curso apropria-se dessa discussão. Pode-se optar pela adequação linear da formação às exigências do mercado ou à preparação dos profissionais para intervir e produzir nesse mercado a partir da compreensão da dimensão política, social e econômica que envolve os seus rumos. Dessa forma, os cursos podem assumir uma formação predominantemente técnica ou crítica quanto ao emprego dessas técnicas. O currículo pode, então, retratar as aspirações do mercado de trabalho ao formar competências específicas para demandas circunstanciais, pode ressaltar algumas aspirações das universidades de ater-

se ao binômio educação e conhecimento, realçando a formação humana do sujeito, especificamente no que se refere à ética, à construção do conhecimento com vistas à garantia da cidadania ou pode dirigir-se a uma formação eminentemente tecnicista. O que se deseja deixar claro é que qualquer (quaisquer) tendência(s) assumida(s) no currículo revela(m) que o que se prioriza na seleção de conteúdos é decorrente de um processo deliberado ou não de inclusão e exclusão de valores acerca do conhecimento.

Cabe-nos, então, refletir sobre duas questões: a) que tipo de formação profissional está sendo proposta pelas escolas?; b) a formação profissional proposta instiga a produção de conhecimento?

Essas duas perguntas remetem-nos sobretudo, à análise da configuração de um campo profissional, das organizações curriculares e da construção do saber docente que direcionam a formação inicial de um profissional, instigando ou não a produção de um conhecimento. A referida produção é aqui entendida como resultado de um processo reflexivo a que os futuros profissionais são cotidianamente instigados a penetrar, culminando e alimentando novas produções. É necessário, dessa forma, interrogarmos sobre qual produção é possível ante uma formação oferecida.

Remeter-me-ei nesse momento à análise da configuração do campo da Terapia Ocupacional para, posteriormente podermos discutir questões referentes às organizações curriculares e à formação docente.

Um campo profissional é entendido como espaço social em que se produzem bens materiais, simbólicos, por intermédio de uma linguagem própria dos agentes, o que lhe confere uma autonomia relativa, na medida em que é regido pelos princípios dominantes da sociedade, impostos sobretudo, pelo capital econômico. Dessa forma, o conceito de campo refere-se às diferentes instâncias da vida social que congregam agentes e prática para um determinado fim, apresentando estrutura, organização e linguagem peculiares, por isso todos os campos são compatíveis a parâmetros que os unem a outros diversos. O conhecimento produzido, selecionado e legitimado reflete a força de organização dos grupos, as divergências e estratégias assumidas para determinar sua configuração. O domínio de uma competência afirma o campo, estabelece fronteiras, seleciona agentes e conteúdos e define terminologias próprias nele veiculadas.

Como os campos profissionais não se definem isolados da realidade dos demais, há de se pensar sobre

a constituição dos grupos profissionais, a partir das relações estabelecidas entre eles. Segundo DURAND (1985, p.5)⁴, “As ocupações da área de saúde não constituem simples agregado ou conglomerado de ofícios diversos, mas sim um conjunto interdependente de especialidades hierarquizadas...”.

Essas especialidades hierarquizadas revelam um processo de fragmentação do conhecimento e da prática dos profissionais da área da saúde, decorrentes da relação de poder estabelecida desde a elaboração de políticas de saúde, até a prestação dos serviços. O estabelecimento das fronteiras entre as áreas e suas respectivas disciplinas se dá, na medida em que produzem, legitimam procedimentos, linguagens específicas e, autorizam determinadas formas de empréstimo de conhecimento entre as áreas. Apropriando-se dessas reflexões para o campo da Terapia Ocupacional, observa-se, após análise dos documentos que regem a profissão da Terapia Ocupacional em seus vários níveis, que há uma inespecificidade acerca da definição do perfil, da atuação e da formação do terapeuta ocupacional. Em todos eles, revelam-se a falta de apropriação de algo que lhe seja específico e a impossibilidade efetiva de se firmar no mercado, considerando-se os objetivos e a atuação da profissão propostos em vários deles.

A legitimidade da Terapia Ocupacional encontra-se comumente em cheque no campo profissional talvez em função de sua dificuldade de delimitar sua própria competência, tornando mais difícil a configuração e firmeza do campo e apresentando assim, pouca visibilidade da atuação do terapeuta ocupacional e um pequeno grau de convencimento das respostas socialmente dadas. Acresce-se a isso, o fato de que a falta de produção teórica na área alimenta a indefinição do campo profissional.

Não se defende aqui que haja uma delimitação exata e isolada do conhecimento entre as áreas, nem a defesa de uma produção genuína fechada em seus guetos corporativos. Porém, parece que os saberes da Terapia Ocupacional estão fragilizados na medida em que os próprios profissionais embarçam-se ante o domínio de suas singularidades. Torna-se difícil configurar os espaços de atuação da Terapia Ocupacional, na medida em que está difícil para os profissionais produzirem e fazerem legitimar sua competência específica.

O problema do campo da Terapia Ocupacional pode ser analisado sob vários enfoques: pode-se, no nível mais geral, atribuir suas dificuldades às contradições presentes na prática do terapeuta ocupacional

decorrentes da própria dificuldade em promover a inserção/reinserção social da clientela no processo de trabalho, da falta de investimento em políticas sociais que atendem essa clientela, da segregação dos pacientes em instituições asilares e da forma histórica da Terapia Ocupacional lidar com o trabalho com um cunho disciplinador.

Outros argumentos são sustentados no fato de que definir o que seja Terapia Ocupacional exige, como terapia, relação do campo da psicologia, medicina, sendo que a própria ocupação remete-nos a aspectos sociológicos, antropológicos, econômicos, sendo portanto um desafio para os profissionais buscarem uma interligação desses conteúdos para fundamentar a atuação do profissional.

Como a definição de fronteiras entre as áreas é um espaço de convergências de conhecimento, a capacidade de luta das profissões socialmente menos legitimadas e o seu poder de argumentação são mais frágeis, dificultando a construção de suas singularidades.

Nesse sentido, TROMBLY (1992)⁸ aponta para a necessidade da Terapia Ocupacional procurar uma congruência “entre a razão para se buscar o serviço, o procedimento de admissão no mesmo, o serviço em si e o seu resultado”.

É essa a questão que está colocada para a Terapia Ocupacional. Cabe aqui perguntarmos, como cada curso de graduação vem lidando com essa realidade do campo.

Abordando essa questão pelo estudo das organizações curriculares pode-se levantar algumas questões. As análises de currículo que predominam hoje, no campo da educação, estão centradas nos processos que levam a inclusão e exclusão de diferentes conhecimentos, fazendo com que o currículo tenha determinada configuração. Dessa forma, o conhecimento considerado válido para ser transmitido, a forma como ele é organizado e avaliado, bem como o reconhecimento de quem tem autoridade para opinar sobre ele não são entendidos como processos neutros de construção.

Estabelecer um currículo envolve relações internas de poder entre instâncias administrativas e docentes, entre os próprios docentes e relações de poder externas estabelecidas no mercado de trabalho, nas instituições de formação, nas outras áreas do conhecimento ao delimitarem e expandirem seus campos de atuação, traçando novos contornos nas fronteiras das profissões, o que necessariamente faz reavaliar os conteúdos a serem transmitidos nos cursos de formação.

Nessa perspectiva, o currículo passa a ser analisado na sua forma de lidar com os aspectos sócio-econômico-culturais, tanto na seleção dos conteúdos quanto na formação dos sujeitos, podendo contribuir para perpetuar ou transformar relações de poder ao produzir identidades sociais e culturais. Os currículos, em geral, tendem à homogeneização desses aspectos, principalmente no que se refere ao incômodo causado pelas peculiaridades dos sujeitos, que desviam dos padrões de normalidade definidos sócio-econômico-culturalmente. Diante da clientela a que a Terapia Ocupacional presta serviço, essa questão assume maior expressão.

Comumente observa-se nos cursos de graduação em Terapia Ocupacional, que não se tem como eixo de formação a análise das condições históricas, que desencadeiam o lugar de exclusão dos sujeitos envolvidos no processo terapêutico ocupacional, das relações de classe, gênero e etnia, da construção das identidades sociais, dos direitos humanos expressos nas possibilidades legais, sociais, políticas e culturais de acesso dessas pessoas a uma vida mais saudável. Gostaria de frisar aqui a diferença existente entre eixo de formação e pulverização desses conteúdos em disciplinas, muitas vezes, desconexas. A definição de eixos de formação imprimem direção à essa formação, à produção tão almejada por nós, ao passo que os conteúdos isolados não conferem um perfil ao profissional e não subsidiam solidamente sua prática.

Dessa forma, há de se pensar na dimensão social do adoecimento, na prática da Terapia Ocupacional à luz da emancipação do sujeito, na demarcação dos espaços de cidadania de uma população marginal, na discussão entre cidadania e trabalho para assim fortalecer a prática da Terapia Ocupacional e construir um dos possíveis eixos de produção na área.

Para se produzir um conhecimento que supere a suposta neutralidade política vivida conceitualmente na profissão, faz-se necessário percebê-la num processo histórico. Seu surgimento impôs, como pré-requisito aos profissionais, serem alegres, esperançosos e educados, no entanto, atualmente, é necessário refletir sobre as possibilidades concretas de efetivar suas propostas de trabalho. Compreender que a normalidade não é um dado natural custou-nos e ainda custa-nos anos de impedimento para se estabelecer uma postura crítica quanto ao emprego das técnicas.

Especificamente, as vozes socialmente silenciadas que deveriam ser a tônica da formação do terapeuta ocupacional são também silenciadas pelas organizações

curriculares. Dessa forma, o currículo omite-se ante o que se almeja, pelo menos a princípio, na profissão: contribuir para a inclusão do sujeito adoecido na sociedade. Visto que, os profissionais não tem dado conta, a contento, dessa diversidade sócio-cultural entre os sujeitos, eles não dão conta de suas próprias práticas pois, ao objetivarem contribuir na inserção mais saudável do sujeito na sociedade e não aprofundarem essa discussão, esvaziam suas práticas. Talvez seja esse um dos conteúdos buscados e não facilmente identificados ao se propor uma formação mais humana nos cursos de graduação do Brasil.

A desarticulação entre as disciplinas e conteúdos pode também ser considerada como um problema central da formação e do fomento à produção entre as diversas categorias profissionais. Vários fatores sustentam essa desarticulação. Na medida em que predomina a compartimentalização do conhecimento em áreas de domínio, dificulta-se a interlocução dos saberes e da própria prática docente. Da forma como o conhecimento é produzido, há uma tendência a um fechamento à própria autosuficiência dos docentes e futuramente entre os próprios profissionais formados sob uma condução não interdisciplinar. Desse modo, cultiva-se a percepção de disciplina como um espaço conquistado pelo docente, que se apropria do conhecimento adquirido para ministrá-la, defendendo-se, muitas vezes dos demais docentes considerados competidores, o que também impede uma produção que caminhe no sentido de abordar amplamente as temáticas a serem pesquisadas.

Dessa forma, a ausência da vivência da interdisciplinariedade na graduação e entre os docentes envolvidos, em geral, nos cursos de graduação dificulta a formação do terapeuta ocupacional para atuar e produzir em equipe.

É também necessário refletirmos sobre como a capacitação docente pode influenciar no incentivo à produção de conhecimento, pelo fato de se constituir um dos parâmetros de qualidade dos cursos de graduação das universidades e uma forma primordial de incentivo à produção.

Nesse sentido, torna-se importante analisar como vem compondo o perfil do corpo docente de cada escola, com o objetivo tanto de entendermos como tem-se dado a formação desses agentes, quanto de analisarmos o tipo de influência que esse grupo imprime na formação do profissional.

Entende-se que a titulação dos docentes não significa garantia da execução e da qualidade das

pesquisas realizadas. Para o incremento da pesquisa e sua articulação com o ensino, torna-se necessário um planejamento de ações e de recursos de diversas naturezas.

A maior vinculação entre ensino e a pesquisa só será alcançada nas universidades se for assumida como uma questão coletiva, envolvendo professores, alunos e a administração, tema que sabemos ser polêmico no meio universitário. Tal questão é bastante complexa, pois envolve repensar tanto a histórica primazia da pesquisa nas universidades, quanto a visão de ensino baseado no modelo da racionalidade técnica.

Segundo SCHÖN (1982)⁷, esse modelo incorporado pelos cursos de formação profissional implica uma cisão entre prática e pesquisa, sendo esse problema uma das questões fundamentais a serem superadas na formação profissional. Tal cisão faz com que os profissionais sejam formados para resolverem problemas por meio de aplicação de teorias e técnicas previamente definidas, sem no entanto, aprenderem a refletir na ação, a pesquisar o cotidiano de suas práticas. Contrapondo-se a essa realidade, criar-se-ia um movimento de real articulação entre o pensar e o agir, procurando desenvolver, no futuro profissional, habilidades que propiciem uma prática reflexiva.

Enquanto algumas áreas de conhecimento estão buscando estreitar a relação entre ensino e pesquisa com um corpo docente já titulado há anos, os cursos de Terapia Ocupacional no Brasil, vêm traçando estratégias para deflagrar, expressivamente, o processo de capacitação de seus docentes.

Cabe ressaltar que, enquanto vários cursos superiores estavam organizando seus programas de pós-graduação na década de 70, a Terapia Ocupacional encontrava-se em fase de implantação de seus cursos de graduação, prioritariamente na rede de ensino particular, que não tinha interesses e nem recursos institucionais para propiciar um incentivo ao ingresso de seus docentes em programas de pós-graduação.

Apesar de haver um investimento crescente dos cursos e na capacitação dos docentes de Terapia Ocupacional, partindo notadamente das universidades públicas, EMMEL e LANCMAN (1998, p.26)⁵ apontam que “em julho/98, 74,5% dos docentes brasileiros não possuíam mestrado e 92,9% não possuíam doutorado”. Assim sendo, observa-se que o corpo discente vive uma limitação na experiência universitária, na medida em que o corpo docente desenvolve um número menor de projetos de pesquisa, dando pouca oportunidade aos alunos de participarem desse tipo de atividade aca-

dêmica. Embora não seja objetivo do Curso formar pesquisadores, pode-se considerar que a falta de formação dos professores em pesquisa, o que não necessariamente está atrelado à pós-graduação, pode levá-los a não imprimir, de forma consistente, ao corpo discente a curiosidade científica e o interesse pela investigação sobre o cotidiano da prática da Terapia Ocupacional.

Ficamos exclusivamente sujeitos, por vários anos, ao conhecimento vindo do exterior, à transposição do conhecimento de outras áreas para a Terapia Ocupacional e às trocas de experiências efetivadas por meio de congressos, seminários e outros eventos de natureza similar.

De maneira geral, os docentes de Terapia Ocupacional buscam seu primeiro título, sem possuir, ainda, reconhecimento social marcado pelo valor distintivo de sua própria produção, o que, segundo BOURDIEU (1983)¹, não confere a esses agentes uma competência que lhes assegure um poder na legitimação do campo.

Questões dessa natureza deverão ser refletidas pelos docentes dos cursos de Terapia Ocupacional do país, a fim de que se possa compreender como está sendo construído o conhecimento acerca da profissão e da própria formação profissional.

Entende-se assim, que o fato dos cursos de Terapia Ocupacional do país, em geral terem um corpo docente ainda em capacitação, vem impondo limites na prática pedagógica, no aprimoramento da área, na qualidade do ensino e no prestígio dos cursos na estrutura universitária, visto que a pós-graduação e a pesquisa determinam, em grande parte, o locus social ocupado pelos cursos nas universidades.

Finalmente, poder-se-ia dizer que a Terapia Ocupacional tem demonstrado dificuldades para definir e legitimar sua prática ao longo da história. A indefinição dos bens a serem produzidos, a falta de efetividade da resposta da profissão tanto no nível técnico quanto social, têm dificultado a visibilidade da atuação do profissional. A fragilidade na forma com que vêm se constituindo os seus grupos profissionais como produtores de determinados bens e a falta, ainda presente, de adequação das propostas de trabalho à clientela que consome esses bens, vêm reafirmando tais dificuldades. Observa-se assim que, para melhor fundamentar o campo, é necessário restringí-lo, no sentido de aprofundar no que lhe é específico, e de ampliá-lo no sentido de fundamentá-lo nas suas relações sócio-econômico-culturais. Ou seja, é necessário um fomento à produção no campo.

DRUMMOND, A.F. O incentivo à produção: desafios da formação do terapeuta ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.11, n.1, p.1-6, jan./abr., 2000.

Como diz BOURDIEU (1989, p.155)² “Diversamente de uma prática legítima, uma prática em vias de consagração coloca incessantemente aos que a ela se entregam a questão de sua própria legitimidade”.

Está então configurado um dos maiores desafios para os docentes que integram os cursos de formação profes-

sional: organizar um currículo e construir um saber docente que fomente a produção de conhecimento de um campo profissional, acompanhando as inovações vindas das práticas dos profissionais inseridos no mercado de trabalho e tentando superar as dificuldades teórico-práticas peculiares ao campo da Terapia Ocupacional.

DRUMMOND, A.F. Incentivating the production: challenges of professional qualification. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.11, n.1, p.1-6, jan./abr., 2000.

ABSTRACT: The objective of this study was to investigate the impact of three aspects of the qualification among occupational therapists on the production of knowledge of the field, named: the configuration of the profession, the organization of undergraduate curriculum and the construction of knowledge among faculty members.

KEY WORDS: Occupational therapy, education. Occupational therapy, human resources. Curriculum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. *Pierri Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.
2. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
3. DRUMMOND, A.F. *A formação inicial do terapeuta ocupacional: estudo dos currículos do Curso de Terapia Ocupacional/UFMG*. Belo Horizonte, 1999. 212p. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.
4. DURAND, J.C. Profissões de saúde em São Paulo: expansão e concorrência entre 1968-1983. *Cadernos FUNDAP* (São Paulo), v.5, n.10, p.4-23, 1985.
5. EMMEL, M.L.G., LANCMAN, S. O processo de capacitação docente dos terapeutas ocupacionais: implicações na definição do perfil profissional e nos rumos da profissão. *Relatório Final de Atividades (Processo CNPq)*, p.26, 1998.
6. MARSIGLIA, R. A produção do conhecimento e das práticas sociais. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.2, n.2/3, p.114-26, 1991.
7. SCHÖN, D. *The reflective practitioner*. New York, Basic Books, 1982.
8. TROMBLY, C. Anticipating the future: assessment of occupational function. *Am. J. Occup. Ther.*, v.47, n.3, p.253-7, 1992.

Recebido para publicação: 28/12/1999

Aceito para publicação: 27/01/2000